

TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Consolidado)	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da
TEP Termoelétrica Potiguar S.A.
Salvador, Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TEP Termoelétrica Potiguar S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TEP Termoelétrica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Classificação de arrendamento

Veja as Notas 1, 3 e 9 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
O parque gerador de energia da controlada Companhia Energética Manauara está contratado, pela sua capacidade total de geração, para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Eletronorte, adicionalmente, ao final do contrato, esses bens serão transferidos à contratante. Quando a Companhia atua como arrendador, no início de cada arrendamento ou a cada aditivo de contrato, a Companhia determina se contabilizará o arrendamento como um arrendamento financeiro ou operacional. A aplicação da política contábil CPC 06/IFRS 16 – Arrendamentos é complexa e requer o uso de julgamentos pela Companhia para determinar a classificação contábil adequado de um arrendamento. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao julgamento exercido na aplicação da política contábil para determinar se o contrato é um arrendamento operacional ou financeiro, bem como ao impacto que uma pequena mudança no julgamento exercido poderia ter sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram a leitura de contrato e avaliação se as condições apresentadas no contrato atendiam as características de contrato de arrendamento financeiro, conforme CPC 06 (R2)- Arrendamento. – Efetuamos a leitura do aditivo contratual a fim de avaliar os impactos de eventual modificação na classificação do contrato como arrendamento financeiro. – Análisamos os critérios adotados na mensuração dos saldos do arrendamento mercantil a receber e revisão do modelo de cálculo da mensuração dos arrendamentos atentando-se quanto a inclusão de dados indevidos no fluxo de caixa financeiro. – Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a classificação do arrendamento é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 30 de março de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

TEP Termoeletrica Potiguar S.A.

Balancos patrimoniais para os exercicios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
Ativos		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	Passivos e patrimônio líquido		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulantes						Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.318	1.067	30.113	5.761	Fornecedores	15	16	2	5.554	11.906
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	6.093	6.034	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	76.208	-	120.483	40.469
Contas a receber	7	-	-	46.101	43.398	Obrigações sociais e trabalhistas		121	118	1.274	1.111
Arrendamento mercantil a receber	9	-	-	62.583	55.436	Obrigações tributárias		15	340	8.089	5.118
Impostos a recuperar	8	600	55	12.189	3.402	Imposto de renda e contribuição social a recolher		35	265	3.152	2.193
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		24	-	4.661	2.072	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19	17.680	8.134	22.239	14.218
Estoques		-	-	32.816	11.547	Outras contas a pagar		-	-	181	564
Dividendos e juros sobre capital próprio		27.102	12.534	-	-						
Outras contas a receber	11	455	455	52.483	10.758	Total dos passivos circulantes		94.075	8.859	160.972	75.579
Total dos ativos circulantes		37.499	14.111	247.039	138.408						
Não circulantes						Não circulantes					
Arrendamento mercantil a receber	9	-	-	124.445	164.833	Fornecedores	15	-	-	55	55
Estoques		-	-	-	9.967	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	81.296	-	146.414	143.189
Impostos a recuperar	8	-	-	1.710	2.038	Impostos diferidos	17	-	-	17.240	24.068
Impostos diferidos	17	-	-	31	-	Outras contas a pagar		-	-	1.216	1.500
Depósitos judiciais		492	492	817	817	Total dos passivos não circulantes		81.296	-	164.925	168.812
Partes relacionadas	10	28.932	32.918	28.932	32.918						
Outras contas a receber	11	416	871	34.158	1.790	Patrimônio líquido					
Investimentos	12	318.300	193.344	-	-	Capital social		106.002	106.000	106.002	106.000
Imobilizado	13	-	-	130.500	237.511	Reservas de lucros		106.225	129.032	106.225	129.001
Intangível	14	1.959	2.155	11.489	2.171	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	19	212.227	235.032	212.227	235.001
Total dos ativos não circulantes		350.099	229.780	332.082	452.045	Participação de acionistas não controladores		-	-	40.997	111.061
						Total do patrimônio líquido	19	212.227	235.032	253.224	346.062
Total dos ativos		387.598	243.891	579.121	590.453	Total dos passivos e do patrimônio líquido		387.598	243.891	579.121	590.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TEP Termoeletrica Potiguar S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações - em Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	21	-	-	105.142	93.541
Custos de operação e manutenção	12	-	-	(40.977)	(59.999)
Lucro bruto		-	-	64.165	33.542
Resultado de equivalência patrimonial	22	70.140	31.490	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(1.210)	(984)	(12.280)	(11.412)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	1.257	-	205	5.700
Lucro antes do resultado financeiro		70.187	30.506	52.090	27.830
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	5.373	6.019	71.321	42.808
Despesas financeiras	23	(202)	(333)	(12.194)	(14.417)
Total		5.171	5.686	59.127	28.391
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		75.358	36.192	111.217	56.221
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	(919)	(1.946)	(26.966)	(14.638)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	6.828	2.823
Incentivo fiscal do imposto de renda	20	3	-	14.775	6.375
Total		(916)	(1.946)	(5.363)	(5.440)
Lucro líquido do exercício		74.442	34.246	105.854	50.781
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$		0,702	3,042	0,999	4,510
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				74.442	34.246
Acionistas não controladores				31.412	16.535
				105.854	50.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	74.442	34.246	105.854	50.781
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>74.442</u>	<u>34.246</u>	<u>105.854</u>	<u>50.781</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores			74.442	34.246
Acionistas não controladores			<u>31.412</u>	<u>16.535</u>
			<u>105.854</u>	<u>50.781</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TEP Termoeletrica Potiguar S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Consolidado)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucro acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Conciliação (Nota explicativa nº 4)	Participação de acionistas não controladores	Total
		Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Dividendos propostos					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	100.000	8.102	95.601	9.426	-	213.129	(630)	108.995	321.494
Aumento de capital	19	6.000	-	(6.000)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.246	34.246	599	15.936	50.781
Destinação do lucro:									
Constituição de reserva legal	19	-	1.712	-	(1.712)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucro retido	19	-	-	24.400	(24.400)	-	-	-	-
Dividendos adicionais (R\$1,21 por lote de mil ações)	19	-	-	(783)	(3.426)	(4.209)	-	(9.369)	(13.578)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,91 por ação)	19	-	-	-	(8.134)	(8.134)	-	(2.161)	(10.295)
Juros sobre capital próprio (R\$0,21 por lote de mil ações)	19	-	-	-	-	-	-	(2.340)	(2.340)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>106.000</u>	<u>9.814</u>	<u>119.218</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>235.032</u>	<u>(31)</u>	<u>111.061</u>	<u>346.062</u>
Reorganização societária	4	(51.526)	-	(8.571)	-	(60.097)	-	(92.267)	(152.364)
Cessão de ações da TEP para acionista PF minoritário	4	-	-	-	-	-	-	1.830	1.830
Aumento de capital	4	51.528	-	(51.528)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	74.442	74.442	31	31.381	105.854
Destinação do lucro:									
Reserva legal	19	-	3.722	-	(3.722)	-	-	-	-
Reserva de lucros retidos	19	-	-	53.040	(53.040)	-	-	-	-
Dividendos adicionais de 2020 (R\$1,73 por lote de mil ações)	19	-	-	(19.470)	-	(19.470)	-	(6.629)	(26.099)
Dividendos adicionais de 2021 (R\$0,37 por lote de mil ações)	19	-	-	-	(17.000)	(17.000)	-	(81)	(17.081)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,91 por ação)	19	-	-	-	(680)	(680)	-	(4.298)	(4.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>106.002</u>	<u>13.536</u>	<u>92.689</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>212.227</u>	<u>-</u>	<u>40.997</u>	<u>253.224</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TEP Termoeletrica Potiguar S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		74.442	34.246	105.854	50.781
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	22	196	196	11.567	11.132
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	13	-	-	-	920
Variação cambial líquida	23	-	-	(3.126)	-
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	16 e 23	2.438	-	12.853	7.355
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	16	-	-	956	430
Rendimento de depósitos bancários vinculados	23	-	-	(1.462)	(536)
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	23	-	-	(30.958)	(12.149)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	(6.676)	(2.823)
Encargos sobre mútuos	10	-	(6.322)	-	(6.322)
Reversão do ajuste a valor presente	23	-	-	(16.543)	(18.654)
Resultado da equivalência patrimonial	12	(70.140)	(31.490)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	454	(2.248)	(11.429)
Arrendamento mercantil a receber		-	-	93.625	65.442
Adiantamentos a fornecedores		-	14	-	14
Estoques		-	-	(21.715)	4.842
Impostos a recuperar e Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(569)	321	(30.159)	17.115
Dividendos recebidos		27.249	23.327	-	-
Outras contas a receber		455	3	31.935	(479)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		14	(15)	(3.226)	3.433
Impostos a recolher		(325)	26	26.594	(1.204)
Obrigações sociais e trabalhistas		3	(3)	163	(191)
Outras contas a pagar		-	-	(698)	22
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>33.763</u>	<u>20.757</u>	<u>166.736</u>	<u>107.699</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		(230)	-	(5.715)	(4.498)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	16	-	-	(9.898)	(7.601)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>33.533</u>	<u>20.757</u>	<u>151.123</u>	<u>95.600</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangíveis	13	-	-	(9.899)	(106.724)
Recebimento de empréstimo de partes relacionadas		2.322	-	2.322	-
Depósitos bancários vinculados		-	-	1.403	5.065
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>2.322</u>	<u>-</u>	<u>(6.174)</u>	<u>(101.659)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	-	-	(75.738)	(123.173)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	-	165.000
Captação de custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	-	(1.702)
Dividendos pagos	19	(27.604)	(11.610)	(40.139)	(22.689)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		-	(8.821)	(4.720)	(16.955)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(27.604)</u>	<u>(20.431)</u>	<u>(120.597)</u>	<u>481</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>8.251</u>	<u>326</u>	<u>24.352</u>	<u>(5.578)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1.067	741	5.761	11.339
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	<u>9.318</u>	<u>1.067</u>	<u>30.113</u>	<u>5.761</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>8.251</u>	<u>326</u>	<u>24.352</u>	<u>(5.578)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A TEP Termoelétrica Potiguar S.A. (“Companhia” ou “TEP”) é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 04.853.028/0001-22, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), com sede em Salvador, Bahia, constituída em 10 de janeiro de 2002, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (“PIE”), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional.

A TEP possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2021:

- Companhia Energética Manauara (“CEM”), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Manaus - Amazonas. A CEM é uma unidade termoelétrica (“UTE”) com capacidade instalada de 73.400 kW, gerada por meio de quatro de suas unidades motogeradoras de 18.350 kW, contando com uma quinta unidade motogeradora de contingência, nos termos Resolução Autorizativa ANEEL nº 608, de 13 de junho de 2006. A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006.
- Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com base no Contrato de Suprimento de Energia - 1.820/2005 (“Contrato”) firmado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da Eletronorte.
- Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a Companhia é responsável pela operação e manutenção da usina, incluindo as manutenções preventivas e corretivas. A Companhia também é responsável pela aquisição de insumos e óleo combustível necessário para a geração, sendo este último posteriormente reembolsado pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, enquanto a Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural. A produção de energia elétrica é integralmente transferida à Eletronorte.
- A Eletronorte é responsável por operar e manter os equipamentos de conexão de sua propriedade e assegurar a conexão dos pontos de entrega de energia com o sistema elétrico. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) (Operações de Arrendamento Mercantil), uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo, além de haver a transferência da propriedade da usina no fim do contrato, quando haverá uma notificação prévia à ANEEL.

- Água Limpa Energia S.A. (“AGL”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis – Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 422, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 14 MW de potência instalada. A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010, nos termos do Despacho ANEEL n.º 3.968, de 20 de dezembro de 2010, pelo prazo de 20 anos e vigência até 8 de novembro de 2033, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, podendo ser prorrogada, a pedido da Companhia e a critério da ANEEL, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.
- Areia Energia S.A. (“ARE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis – Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 421, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 11,4 MW de potência instalada. A PCH Areia entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL n.º 838, de 24 de fevereiro de 2011, pelo prazo de 20 anos e vigência até 21 de janeiro de 2034, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, podendo ser prorrogada, a pedido da Companhia e a critério da ANEEL, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.
- Para as PCHs, ao final destes prazos, não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados no balanço regulatório, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação regulatória apurada por auditoria do Poder Concedente, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL.

Mecanismo de Realocação de Energia

As Controladas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). Essas controladas realizam a contabilização da provisão pela competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

Repactuação de Riscos Hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória nº 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei nº 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

As Controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (“SP100”) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o fim dos contratos de venda de energia.

Devido ao fato de que as Controladas AGL e ARE aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos a 2015, houve a contabilização da reversão do custo do *Generation Scaling Factor - GSF* de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano. Para 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, as Controladas AGL e ARE contabilizaram uma provisão do saldo com base em estudos de consultoria energética e no montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação assinada, a Eletrobras possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto começou a ser efetuado apenas em 2019.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio considerando as provisões do MRE na data base de 31 de dezembro de 2021 é negativo de R\$2.214 (R\$902 em 2020) para a ARE e negativo de R\$1.943 (2020, R\$410) para a AGL. As retenções dos valores devidos iniciaram em 2019. As controladas acompanham tais retenções com base na planilha de controle previamente divulgada pela Eletrobras.

No exercício de 2021, foram reconhecidos nos resultados das Controladas os montantes de R\$1.031 (R\$999, 2020) para a ARE e negativo de R\$1.381 (R\$1.336 em 2020) para a AGL, referentes ao prêmio do risco hidrológico repactuado, reversão do custo do GSF de 2015 e à provisão do custo do MRE de 2019 e 2018 contabilizados líquidos na rubrica de receita de vendas de energia.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182/2021 acerca da desestatização da Eletrobras, dentre outros temas. Em seu Art. 18, a referida lei alterou a Lei 13.203/2015 (Repactuação do Risco Hidrológico) no sentido de permitir a compensação de hidrelétricas participantes do MRE pelo GSF causado por hidrelétricas com prioridade de licitação e implantação antes de 2015 (data de início da repactuação de risco hidrológico firmada em 2016). Com base nesse novo marco legal, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxeram para as Companhias impacto financeiro atualizado de R\$ 4.152 da ARE e de R\$ 5.565 da AGL. Por sua vez, a ANEEL homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (768 dias – ARE e 754 dias - AGL), para sua devida compensação, publicando a Resolução Homologatória nº 2.932 em 17 de setembro de 2021. Para aceitar essa compensação, o agente deveria requerer a extensão de sua outorga e renunciar a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, o que foram feitos pelas Companhias em outubro de 2021, com a apresentação do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga à ANEEL, dentro do prazo de 60 dias da publicação da Resolução Homologatória. Até o momento, não foi publicado o ato autorizativo com o devido ajuste do termo final da outorga das PCHs ARE e AGL.

Desta maneira, as Companhias reconheceram um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 4.152 – ARE e R\$ 5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 6,93% para ARE e 7,05% para AGL ao ano até 28/02/2036 na ARE e 02/12/2035 na AGL. Em dezembro de 2021, já havia sido amortizado o montante de R\$ 87 na ARE e R\$ 116 na AGL.

Reorganização Societária

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”) conduziu um processo competitivo (“Processo”) de venda de sua participação em um portfólio de ativos de geração envolvendo a TEP Termoeletrica Potiguar S.A. e a Companhia Energética Manauara. A Petrobras era acionista com 40% das ações da CEM, além de ter sido detentora de 20% das ações da TEP, também acionista da CEM. O processo tramitou por meio de acordo de confidencialidade entre os participantes, do qual, em 05 de novembro de 2021 a Global Participações em Energia S.A. consagrou-se vencedor e adquiriu por meio das empresas GFT Participações S.A. a participação da TEP por meio do montante de R\$ 79.373 o que gerou a ágio de R\$ 27.802 e a empresa GFM Participações S.A. adquiriu a participação da CEM por meio do montante de R\$ 76.223, o que gerou um deságio de R\$ 16.963, nas respectivas participações da Petrobras.

Em 23 de dezembro de 2021, a TEP aprovou a Incorporação da GFM Participações S.A. e da GFT Participações S.A., passando a ser Controladora integral da CEM (100%).

Concomitantemente foi realizada uma cessão de ações da CEM para Maria das Graças passando assim a TEP de subsidiária integral (100%) para 99,52%.

Na incorporação direta da GFM pela TEP, foram incorporados todos os saldos dos Ativos e Passivos e Resultados, inclusive investimentos avaliados em R\$ 98.295 e o deságio de R\$ 16.963 que impactou diretamente o PL da Companhia, empréstimos no montante de R\$ 76.953, adiantamento para futuro aumento de capital de R\$ 468 e resultado positivo do exercício da GFM de R\$ 3.742.

Balanco Patrimonial da GFM levantado em 23 de dezembro de 2021:

Ativo Circulante e não Circulante	81.333	Passivo Circulante e não Circulante	77.591
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	Empréstimos e Debentures	76.953
Investimentos	98.295	Débitos com partes relacionadas	170
Deságio	(16.963)	Adiantamento para futuro aumento de capital	468
		Total do Passivo	77.591
Total do Ativo	81.333	Acervo Líquido Incorporado (Nota 12)	3.742

Na incorporação reversa da GFT pela TEP, foram incorporados todos os saldos dos Ativos e Passivos e Resultados, inclusive investimentos avaliados em R\$ 57.065 e o ágio de R\$ 27.802 do qual impactaram diretamente o PL da Companhia, empréstimos no montante de R\$ 80.551, adiantamento para futuro aumento de capital de R\$ 422 e resultado positivo do exercício da GFM de R\$ 4.065.

Balanco Patrimonial da GFT levantado em 23 de dezembro de 2021:

Ativo Circulante e não Circulante	85.038	Passivo Circulante e não Circulante	80.973
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	Empréstimos e Debentures	80.551
Débitos com partes relacionadas	170	Adiantamento para futuro aumento de capital	422
Investimentos	57.065		
Deságio	27.802		
		Total do Passivo	80.973
Total do Ativo	85.038	Acervo Líquido Incorporado (Nota 19)	4.065

Ver Nota Explicativa n.º 19.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as quais incorporam os dispositivos das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e normas da ANEEL, quando aplicáveis.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 31 de março de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **NE n.º 9** – Arrendamento mercantil financeiro CPC06 (R2);

Incertezas sobre premissas e estimativas

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação e realização do arrendamento mercantil financeiro, a recuperação do valor dos ativos, incluindo:

- **NE n.º 9** – Arrendamento mercantil financeiro CPC06 (R2);
- **NE n.º 11** – Outras contas a receber do reembolso da conversão dos motores do CPC48 – Instrumentos Financeiros;
- **NE n.º 13** – Ativos imobilizados;
- **NE n.º 14** – Ativos intangíveis.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor justo por meio de resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Inclui-se questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade de revisar por meio de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Arrendamento mercantil

Arrendador

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da controlada CEM, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Eletronorte e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Eletronorte, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro.

Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá por meio da média ponderada do custo de aquisição ou valor realizável líquido – dos dois o menor. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Redução ao valor recuperável (Impairment)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa n.º 14.

Foi reconhecido um ativo intangível pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 4.152 – ARE e R\$ 5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 6,93% para ARE e 7,05% para AGL ao ano até 28/02/2036 na ARE e 02/12/2035 na AGL. Em dezembro de 2021, já havia sido amortizado o montante de R\$ 87 na ARE e R\$ 116 na AGL. Ver nota explicativa n.º 1.

Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos.

Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A controlada CEM possui os benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC para a aquisição de insumos e óleo combustível necessário para a geração e o benefício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração.

Imposto de renda e contribuição social - Corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para a controlada CEM, tributada com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A controlada CEM goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (SUDAM) para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007, renováveis por igual período. A controlada CEM efetuou a renovação do benefício em 2017 com término em 2026. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A controlada CEM faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac com base na lei de incentivo fiscal n.º 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para este fim.

Nos exercícios de 2021 e 2020, as controladas AGL e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

O tributo diferido da CEM é reconhecido com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os valores correspondentes usados para fins de tributação. Para as controladas AGL e ARE, o tributo vinha sendo contabilizado e realizado até 2015, mas com a adoção do lucro presumido em 2016 (em que não existe a figura do tributo diferido), não houve novas adições no ano e a realização foi por meio da venda do prejuízo fiscal e base negativa para a parte relacionada Companhia Energética Potiguar.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e pode ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

O contrato de comercialização de energia elétrica é realizado no ambiente regulado, estando integralmente registrado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional.

Para as controladas ARE e AGL

As Controladas possuem uma receita fixa correspondente ao produto do preço pela energia contratada. Ocorre que as Companhias participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, onde é compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Deste modo, as medições do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e contabilizadas pelas Companhias por competência e, ao fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido nas faturas do ano subsequente.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preço estabelecido no contrato com a Eletrobras, somado aos ajustes financeiros resultantes do MRE e contabilização na CCEE.

Os mecanismos explicados acima resultam em um tipo de fluxo de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia:** refere-se à integralidade da energia contratada pela Eletrobras (preço x energia contratada).

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para as Companhias e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do PROINFA. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Para as controladas CEM

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE.

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda da potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo):** refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica em ambiente regulado (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR).

A receita pela venda de potência foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro, em 1.º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal, conforme previsto em contrato mencionado na nota explicativa n.º 1.

- **Receita com venda de energia:** refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com a Eletronorte.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preços estabelecidos no contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a quantidade média ponderada de ações ordinárias da Companhia em circulação. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de seguros
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3.1 Impactos da covid-19

O efeito da pandemia se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumentos de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de empregados e prestadores de serviços, força de trabalho insuficiente e outros desafios.

Face ao cenário apresentado, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema:

- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia.
- Em relação à receita, não houve impactos negativos nas operações atuais e não há previsão de efeito no futuro.
- A Administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a Companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico.
- A liquidação de seus passivos está ocorrendo no curso normal dos negócios apenas os impostos foram postergados em razão das Portarias 139, 150 e 245 do Ministério da Economia e dos Decretos 10.305, 10.414 e 10.504 de 2020.
- Durante as operações após declarada a pandemia, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

São valores fundamentais da Companhia: segurança e responsabilidade socioambiental. Assim, além das recomendações da Organização Mundial da Saúde, foram adotadas as seguintes medidas:

- Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas.

- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.
- Disponibilização de máscara e protetores faciais para os colaboradores.
- Protocolos de distanciamento social e alternância de rotina, procurando evitar a contaminação do espaço de trabalho e contágio dos colaboradores.
- Ações sociais de apoio no combate à Covid-19 nas cidades das Usinas com a doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) hospitalares para unidades de saúde de referência; recuperação de respiradores automáticos em parceria com o SENAI; atenção especial às pessoas em situação de risco, por meio da doação de testes de Covid-19 e EPIs hospitalares a asilos e cestas básicas aos vizinhos residenciais das Usinas.

Com base no exposto, a Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas tempestivamente para preservar a integridade das pessoas e de seus ativos.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação	
	2021	2020
	Direta	Direta
<u>Pequenas centrais hidroelétricas (PCH)</u>		
Água Limpa Energia S.A.	69,44%	70%
Areia Energia S.A.	69,44%	70%
<u>Termoelétricas (UTE)</u>		
Companhia Energética Manauara	99,52%	60%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido das controladas foram eliminados na consolidação.

Aquisição de participação societária

A Alteração na participação societária nas controladas CEM e PCHs decorrem do fato da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") ter conduzido um processo competitivo ("Processo") de venda de sua participação em um portfólio de ativos de geração envolvendo a controlada TEP Termoelétrica Potiguar S.A. e a controlada Companhia Energética Manauara.

O processo tramitou por meio de acordo de confidencialidade entre os participantes, do qual, em 05 de novembro de 2021 a Global Participações em Energia S.A. consagrou-se vencedor e adquiriu por meio das empresas GFT Participações S.A. a participação da TEP por meio do montante de R\$ 79.373 o que gerou a ágio de R\$ 27.802 e a empresa GFM Participações S.A. adquiriu a participação da CEM por meio do montante de R\$ 76.223, o que gerou um deságio de R\$ 16.963, nas respectivas participações da Petrobras.

Em 23 de dezembro de 2021, a TEP aprovou a Incorporação da GFM Participações S.A., passando a ser Controladora integral da CEM (100%). Ver nota explicativa 1.

O efeito na controladora TEP e nos minoritários na consolidação da DMPL estão assim demonstrados:

Efeitos da reorganização Societária na Consolidação dos minoritários	
(83.324)	Redução do minoritário 40% da CEM
(42.445)	Redução do minoritário 20% da TEP
22.071	Aumento dos minoritário 10,3997% na TEP
27.802	Ágio na incorporação da GFT
(16.963)	Deságio na incorporação da GFM
592	Resultado de GFT e GFM de dezembro/2021
(92.267)	

Na controladora TEP com a incorporação reversa da GFT houve a redução do capital social em R\$ 51.526 contra investimento da GFT. No mesmo ato de aprovação da incorporação, em 23 de dezembro de 2021, a Controladora aprovou o aumento de Capital social com Reserva de Lucros retidos de R\$51.528. Os saldos dos resultados da GFT e GFM também afetaram negativamente a controladora TEP em R\$ 8.571.

Cessão de ações para acionista PF minoritário

Em 23 de dezembro de 2021, a controlada TEP autorizou a permuta de ações para acionista PF minoritário de sua participação na TEP (0,67% das ações ordinárias nominativas que detém) por participação nas controladas CEM (0,48% das ações detidas pela TEP) e AGL e ARE (0,56% das ações das empresas detidas pela TEP), reduzindo o investimento da TEP nas investidas e o capital social da TEP, como demonstrado. Ver nota explicativa 1.

O efeito nos minoritários na consolidação da DMPL estão assim demonstrados:

Efeitos da reorganização Societária na Consolidação dos minoritários	
344	Permuta de ações de 0,56% da ARE
388	Permuta de ações de 0,56% da AGL
1.098	Permuta de ações de 0,48% da CEM
1.830	

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	2	-	10	8
Aplicações financeiras de alta liquidez	9.316	1.067	30.103	5.753
Total	9.318	1.067	30.113	5.761

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa correspondem a operações em Certificado de Depósito Bancário - CDB com vencimento inferior a 90 dias da data de aplicação realizado com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração equivalente variação de 96% a 113,86% e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (93% e 97% em 2020).

6 Depósitos bancários vinculados

	Consolidado	
	2021	2020
Banco do Brasil S.A. (a)	6.093	6.034
Total	6.093	6.034

- (a) Aplicação financeira de curto prazo da CEM com o Banco do Brasil, eram vinculadas até outubro/2021 ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com este banco, conforme a nota explicativa n.º 16, lastreada em CDB remunerado à taxa fixa de 2,63% a.a. A partir de novembro/2021 aplicou-se em CDB com rendimento de 96% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI) (89% a 91% do CDI em 2020).

7 Contas a receber

	Consolidado	
	2021	2020
Valores a vencer	46.101	43.398

Os saldos a receber são na sua totalidade com a Eletronorte e com a Eletrobras e não contêm valores vencidos, mas somente valores a vencer em menos de dois meses.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRRF	600	55	600	237
PIS sobre ativo imobilizado	-	-	224	127
PIS sobre faturamento	-	-	2.151	671
COFINS sobre ativo imobilizado	-	-	1.033	583
COFINS sobre faturamento	-	-	9.888	3.096
Outros	-	-	3	726
Total	<u>600</u>	<u>55</u>	<u>13.899</u>	<u>5.440</u>
Circulante	600	55	12.189	3.402
Não circulante	-	-	1.710	2.038
Total	<u>600</u>	<u>55</u>	<u>13.899</u>	<u>5.440</u>

9 Arrendamento mercantil a receber

Com base nas considerações da nota explicativa n.º 2, a Controlada CEM reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento mercantil, líquido de impostos, como contas a receber.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebíveis de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

	2021	2020
Ano de vencimento		
2021	-	55.436
2022	62.583	57.677
2023	62.485	60.010
2024	62.385	60.010
2025	26.178	29.219
Subtotal	<u>213.631</u>	<u>262.352</u>
Ajuste ao valor presente	<u>(26.603)</u>	<u>(42.083)</u>
Total	<u>187.028</u>	<u>220.269</u>
Circulante	62.583	55.436
Não circulante	124.445	164.833
Total	<u>187.028</u>	<u>220.269</u>

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2019	254.908
Reversão de ajuste a valor presente	18.654
Baixa por realização	(53.293)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	220.269
Reapresentação CPC06 (R2) da CEM	12.883
Reversão de ajuste a valor presente	16.543
Baixa por realização	(62.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	187.028

Em 31 de dezembro de 2021, a Controlada CEM reconheceu uma receita de juros sobre recebíveis de arrendamento de R\$ 16.543 (R\$ 18.654 em 2020).

Modificação dos motogeradores

A Controlada CEM em conjunto com a Eletronorte decidiu pela conversão dos motogeradores para 100% a gás. Tal conversão trará benefícios importantes para a operação atual e futura da usina, impactando na redução de custo de manutenção, atualização tecnológica da usina e efeito ambiental positivo.

O aditivo contratual entre a CEM e Eletronorte foi assinado em setembro de 2020 aprovando a conversão dos motogeradores, sendo essa a data efetiva de modificação do contrato de arrendamento conforme determina do CPC 06 (R2). A modificação do arrendamento financeiro não caracterizou um arrendamento separado (novo), como também, não gerou uma alteração de classificação do arrendamento original para um contrato de arrendamento operacional. Diante dessas circunstâncias, o CPC 06 (R2) determina que o arrendador deva aplicar os requisitos do CPC 48 Instrumentos financeiros, ou seja, avaliar se o instrumento financeiro original (a receber do arrendamento) sofreu modificação substancial qualitativa e quantitativa, ao ponto de ser considerado extinto, e consequentemente substituído por um novo instrumento financeiro mensurado ao valor justo.

A administração efetuou as devidas análises e concluiu que as características do contrato original foram mantidas e que não houve qualquer alteração no fluxo de caixa contratual original, desta forma a modificação não gerou impactos contábeis. No entanto, o aditivo contratual adiciona o serviço de conversão dos motogeradores que será avaliado pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes à medida que a prestação de serviço foi iniciada, sendo concluído em janeiro/2022.

10 Saldos e transações com partes relacionadas

			Controladora					
			2021			2020		
Ref.	Encargos incidentes		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>								
RPE - Produtora de Energia Eletrica	(a)	IGPM	28.932	-	5.374	32.918	-	6.619
Companhia Energética Potiguar		3,6%a.a.+CDI	-	-	-	-	-	(297)
Total			28.932	-	5.374	32.918	-	6.322
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (b)</u>								
Global Participações em Energia S.A.			-	15.841	-	-	6.507	-
Fernando W. Magalhaes Filho			-	1.779	-	-	-	-
Petrobras Petroleo Brasileiro S.A.			-	-	-	-	1.627	-
José Cordeiro de Almeida Neto			-	60	-	-	-	-
			-	17.680	-	-	8.134	-
Circulante			-	17.680		-	8.134	
Não Circulante			28.932	-		32.918	-	
Total			28.932	17.680		32.918	8.134	
<u>Outras contas a receber</u>								
Companhia Energética Potiguar	(c)	sem encargos	870	-	-	1.325	-	-
Total			870	-	-	1.325	-	-
			Consolidado					
			2021			2020		
Ref.	Encargos incidentes		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>								
RPE - Produtora de Energia Eletrica	(a)	IGPM	28.932	-	5.374	32.918	-	6.619
Companhia Energética Potiguar		3,6%a.a.+CDI	-	-	-	-	-	(297)
Total			28.932	-	5.374	32.918	-	6.322
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (b)</u>								
Global Participações em Energia S.A.			-	15.841	-	-	6.507	-
RPE - Produtora de Energia Eletrica			-	4.397	-	-	4.095	-
Fernando W. Magalhaes Filho			-	1.779	-	-	-	-
Petrobras Petroleo Brasileiro S.A.			-	-	-	-	3.616	-
José Cordeiro de Almeida Neto			-	60	-	-	-	-
			-	22.239	-	-	14.218	-
Circulante			-	22.239		-	14.218	
Não Circulante			28.932	-		32.918	-	
Total			28.932	22.239		32.918	14.218	
<u>Outras contas a receber</u>								
Companhia Energética Potiguar	(c)	sem encargos	1.789	-	-	2.723	-	-
Total			1.789	-	-	2.723	-	-

(a) Valores emprestados nas controladas AGL e ARE de acordo com “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs Água Limpa e Areia.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar conforme estabelecido em Atas em nota explicativas n.º 19.

- (c) Outras contas a receber em função da venda do prejuízo fiscal e base negativa para a parte relacionada Companhia Energética Potiguar (“CEP”), da Controladora e suas controladas Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A., em 71 parcelas mensais e consecutivas a partir de janeiro de 2018.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração das Controladas são fixados em assembleia geral de acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da diretoria executiva é determinada pelo Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2021 foram pagos:

- **Para CEM** - o montante de R\$749, sendo R\$ 517 de remuneração fixa e R\$ 232 de remuneração variável (31 de dezembro de 2020, R\$720, sendo R\$ 470 de remuneração fixa e R\$ 250 de remuneração variável);
- **Para ARE** – o montante de R\$396, sendo R\$ 300 de remuneração fixa e R\$ 96 de remuneração variável (R\$478 em 2020, sendo R\$ 384 de remuneração fixa e R\$ 94 de remuneração variável);
- **Para AGL** – o montante de R\$396, sendo R\$ 301 de remuneração fixa e R\$ 95 de remuneração variável (R\$373 em 2020, sendo R\$ 280 de remuneração fixa e R\$ 93 de remuneração variável).

A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

Transações controlada CEM

Conforme informado na nota explicativa n.º 15 a Controlada CEM possui, em 31 de dezembro de 2021, saldos a pagar para a Vibra (Petrobras Distribuidora S.A.) no montante de R\$288 (R\$2.725 em 31 de dezembro de 2020), referente a aquisição de combustíveis, estrutura e logística. Em 05 de novembro de 2021 a Petrobras deixou de ser acionista da Companhia passando a TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. a possuir o controle acionário da Companhia com 99,52%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Controlada CEM transacionou, por meio de compra de combustíveis com a Vibra (Petrobras Distribuidora S.A.), o montante de R\$26.240 (R\$29.903, em 2020). Tais valores são reembolsados pela CCC_ISOL por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, tendo em vista que não é de responsabilidade da CEM o combustível utilizado na geração de energia da usina.

Garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures

Tipo do Financiamento Garantias

	Alienação Fiduciária de ações equivalente a totalidade das ações de emissão da CEM de titularidade da TEP;
Debêntures	Alienação Fiduciária de ações equivalente a totalidade das ações de emissão da TEP de titularidade da GPE.

Ver nota explicativa 16.

11 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Eletrobras - CCC-ISOL (a)	-	-	640	5.761
Adiantamento a funcionários	-	1	-	1
Adiantamento a fornecedor	-	-	7.331	1.338
Despesas antecipadas	-	-	557	2.157
Créditos tributários PERT (b)	871	1.325	1.790	2.723
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia (c)	-	-	4.128	261
Reembolso na conversão do motores - CPC48 (d)	-	-	72.162	-
Outras contas a receber	-	-	33	307
Total	871	1.326	86.641	12.548
Circulante	455	455	52.483	10.758
Não circulante	416	871	34.158	1.790
Total	871	1.326	86.641	12.548

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/1973 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela controlada CEM diretamente ao fornecedor e reembolsado pela CCC-ISOL e o gás natural é entregue a controlada CEM para industrialização por conta e ordem da Eletronorte, não sendo um custo do processo.
- (b) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no PERT - Parcelamento Especial de Regularização Tributária.
- (c) Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Deste modo, no ano de 2020 as controladas AGL e ARE tiveram balanço positivo das operações do MRE, Mercado de Curto Prazo e repactuação do risco hidrológico, registrando, portanto, uma receita na rubrica "MRE". Os valores são liquidados no ano seguintes, em 12 parcelas igual e atualizadas pelo IPCA.
- (d) A Companhia implantou com a conversão dos motores em 2021 o CPC48 – Instrumentos Financeiros, onde todos os custos da conversão foram reconhecidos no resultado à medida que cada motor convertido entrava em operação, da mesma maneira, um crédito da conversão dos motores referente ao reembolso da CCC foram reconhecidos no contas a receber como prestação de serviços à Wartsila e avaliada pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes, que serão recebidos mensalmente até maio/2025.

O investimento no projeto está estimado em R\$ 124.000, dos quais já foram totalmente quitados ao fornecedor. Considerou-se para viabilizar o projeto o reembolso via Sub-rogação da CCC, no valor estimado de até R\$ 96.100, atualizados pelo IPCA. Na hipótese do valor a ser reembolsado pela CCC vir a ser inferior ao valor do investimento da conversão homologado pela ANEEL, tal diferença, será considerada como investimento não amortizado, sendo passível de compensação financeira pela Eletronorte ao término do contrato, limitado a R\$ 30.000, ou seja, a Companhia projeta o reembolso de 100% do valor investido.

12 Investimentos

Participação em sociedades controladas

	2021					
	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
Companhia Energética Manauara	45.000	99,52%	50.000	228.738	(21.866)	42.292
Água Limpa Energia S.A.	41.288	69,44%	41.288	69.142	(20.149)	33.378
Areia Energia S.A.	39.954	69,44%	39.954	61.417	(15.532)	25.851

	2020					
	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
Companhia Energética Manauara	27.000	60%	50.000	197.393	(16.051)	17.090
Água Limpa Energia S.A.	28.902	70%	41.288	55.913	(13.642)	17.154
Areia Energia S.A.	27.968	70%	39.954	51.098	(11.194)	13.182

Movimentação dos investimentos em controladas

	AGL	ARE	CEM	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	36.681	34.377	117.812	188.870
Resultado de equivalência patrimonial	12.008	9.227	10.254	31.489
Dividendos recebidos	(9.549)	(7.836)	(9.630)	(27.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	39.140	35.768	118.436	193.344
Aquisição de participação societária	-	-	94.717	94.717
Cessão de ações para M ^a das Graças	(374)	(333)	(1.098)	(1.805)
Resultado de equivalência patrimonial	23.350	18.085	28.705	70.140
Dividendos recebidos	(14.104)	(10.873)	(13.119)	(38.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>48.012</u>	<u>42.647</u>	<u>227.641</u>	<u>318.300</u>

Aquisição de participação societária

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”) conduziu um processo competitivo (“Processo”) de venda de sua participação em um portfólio de ativos de geração envolvendo a TEP Termoelétrica Potiguar S.A. e a Companhia Energética Manauara. A Petrobras era acionista com 40% das ações da Companhia Energética Manauara, além de ter sido detentora de 20% das ações da TEP, também acionista da Manauara.

O processo tramitou por meio de acordo de confidencialidade entre os participantes, do qual, em 05 de novembro de 2021 a Global Participações em Energia S.A. consagrou-se vencedor e adquiriu por meio da empresa GFM Participações S.A. adquiriu a participação da CEM por meio do montante de R\$ 76.223, o que gerou um deságio de R\$ 16.963, nas respectivas participações da Petrobras.

Em 23 de dezembro de 2021, a TEP aprovou a Incorporação da GFM Participações S.A., passando a ser Controladora integral da CEM (100%). Ver nota explicativa 1.

Cessão de ações para acionista Pessoa Física

Em 23 de dezembro de 2021, a TEP autorizou a permuta de ações para o acionista Pessoa Física de sua participação na TEP (0,67% das ações ordinárias nominativas que detém) por participação nas controladas CEM (0,48% das ações detidas pela TEP) e AGL e ARE (0,56% das ações das empresas detidas pela TEP), reduzindo o investimento da TEP nas investidas e o capital social da TEP, como demonstrado. Ver nota explicativa 19.

13 Imobilizado

	Consolidado									
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Adiantamento a fornecedor e Almoxarifado	Imobilizado em curso	Veículos	Total
Taxa de depreciação anual	4,34%(*)	4,85%(*)	10%	4,82%(*)	4,37%(*)	20%	(a)	-	20%	
<u>Custo corrigido</u>										
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.313	41.917	325	96.831	97.227	331	-	13	65	238.022
Adições	-	9	35	109	-	88	106.483	-	-	106.724
Transferências	-	-	-	13	-	-	-	(13)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.313	41.926	360	96.953	97.227	419	106.483	-	65	344.746
Adições	-	7	8	90	-	77	-	-	-	182
Transferências	-	-	-	-	-	-	(96.070)	-	-	(96.070)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.313	41.933	368	97.043	97.227	496	10.413	-	65	248.858
<u>Depreciação acumulada</u>										
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(542)	(16.573)	(268)	(38.895)	(39.824)	(173)	-	-	(27)	(96.302)
Adições	(56)	(1.901)	(13)	(4.650)	(4.246)	(54)	-	-	(13)	(10.933)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(598)	(18.474)	(281)	(43.545)	(44.070)	(227)	-	-	(40)	(107.235)
Adições	(57)	(2.034)	(19)	(4.685)	(4.248)	(67)	-	-	(13)	(11.123)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(655)	(20.508)	(300)	(48.230)	(48.318)	(294)	-	-	(53)	(118.358)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2021	658	21.425	68	48.813	48.909	202	10.413	-	12	130.500
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2020	715	23.452	79	53.408	53.157	192	106.483	-	25	237.511

(*) As controladas AGL e ARE realizam o cálculo da depreciação acumulada calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme define o MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

(a) Transferências do estoque para imobilizado dos itens sem movimentação a mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 - Imobilizado, item VIII.

Transferência do Imobilizado para adiantamento a fornecedor dos adiantamentos já baixados referente a conversão dos motores.

Perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia e suas controladas, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

14 Intangível

			2021		2020
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Controladora</u>					
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(2.141)	1.959	2.155
<u>Consolidado</u>					
Direito de uso de software	20%	41	(39)	2	2
Direito de passagem - servidões	4,8%	26	(13)	13	14
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(2.141)	1.959	2.155
Direito das autorizações	8,1% e 8,3%	9.717	(202)	9.515	-
Total		13.884	(2.395)	11.489	2.171

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos pela TEP conforme “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzidos da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

O direito de autorizações, formado pela extensão das autorizações da resolução homologatória 2.932/2021, está sendo amortizado à taxa de 6,93% na ARE e 7,05% na AGL ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 28/02/2036 na ARE e 02/12/2035 na AGL. Ver nota explicativa n.º 1 para mais informações.

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.351	2.369
Amortização	(196)	(198)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.155	2.171
Adições	-	9.717
Amortização	(196)	(399)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.959	11.489

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	-	-	3.148	3.345
Engenharia São Patrício	-	-	92	85
Gera Geradora de Energia do Amazonas	-	-	85	61
Petrobras Distribuidora S.A.	-	-	228	2.725
Tokio Marine Brasil Seguradora	-	-	-	793
Wartsila (Brasil e Filândia)	-	-	1.673	4.378
Outros fornecedores	16	2	383	574
Total	16	2	5.609	11.961
Circulante	16	2	5.554	11.906
Não circulante	-	-	55	55
Total	16	2	5.609	11.961

- (a) A controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 29/10/2030 (AGL) e 24/02/2031 (ARE).

16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Controladora			
			Encargos	Circulante	Não circulante	2021 2020
Bradesco S.A. Debentures (a)	nov/23	CDI +	2.438	74.572	82.028	159.038
(-) Custos de transação		2,06% a.a.	-	(802)	(732)	(1.534)
Subtotal			2.438	73.770	81.296	157.504
Total			2.438	73.770	81.296	157.504
Circulante			2.438	73.770	-	76.208
Não circulante			-	-	81.296	81.296
Total			2.438	73.770	81.296	157.504

- (a) Em 10 de janeiro de 2022, ocorreu o 2.º aditivo ao contrato de debêntures, em razão da incorporação das empresas GFM e GFT, conforme atos societários de 23 de dezembro de 2021, passando a TEP a ser a emissora das debêntures e, 1.ª e 2.ª emissão de série única da Companhia. Em 25 de outubro de 2021, foi assinado o contrato de emissão referente a 76.500 debêntures (GFM) e 80.100 debêntures (GFT), emitidas na 1.ª emissão de série única com o Banco Bradesco BBI S.A. no valor de R\$1 cada, totalizando R\$ 76.500 (GFM) e R\$ 80.100 (GFT) com vencimento em 30 de novembro de 2023, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,06% ao ano. Em 06 de dezembro de 2021 ocorreu o 1.º aditivo ao contrato de debêntures, alterando a definição da Escritura de Emissão, em razão da convalidação da espécie das debêntures para “com garantia real”. Ver nota explicativa 1, item reorganização societária.

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Consolidado				
			Encargos	Circulante	Não circulante	2021	2020
Banco Bradesco S.A. (a)	nov/23	CDI + 2,06%	2.438	74.572	82.028	159.038	-
(-) Custos de transação		a.a.	-	(802)	(732)	(1.534)	-
Subtotal			2.438	73.770	81.296	157.504	-
Banco Bradesco S.A. (b)	nov/21	CDI + 0,52%	-	-	-	-	19.959
(-) Custos de transação		a.a.	-	-	-	-	(315)
Subtotal			-	-	-	-	19.644
Banco do Brasil - CCB (c)	out/23	CDI + 2,33%	1.187	43.655	65.545	110.387	165.576
(-) Custos de transação		a.a.	-	(567)	(427)	(994)	(1.562)
Subtotal			1.187	43.088	65.118	109.393	164.014
Total			3.625	116.858	146.414	266.897	183.658
Circulante			3.625	116.858	-	120.483	40.469
Não circulante			-	-	146.414	146.414	143.189
Total			3.625	116.858	146.414	266.897	183.658

- (a) Refere-se a 19.500 (Areia) e 24.000 (Água) de debêntures, emitidas na 1.ª emissão de série única com o Banco do Bradesco S.A. no valor de R\$1,00 real cada, totalizando R\$19.500 (Areia) e R\$24.000 (Água), com vencimento em 15 de novembro de 2021, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 0,52% ao ano.
- (b) Cédula de Crédito Bancária (CCB) assinada em 2 de outubro de 2020 com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$165.000 para a viabilização da conversão dos motores para uso exclusivo de gás natural como combustível e substituição das dívidas junto ao BASA e SUDAM, com vencimento em 2 de outubro de 2023. Tem incidência de encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais juros fixos de 2,33% ao ano.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Controladora		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Captação de empréstimos	156.600	-	156.600
Juros e variações monetárias provisionadas	2.438	-	2.438
Aquisição dos custos de captação	(1.534)	-	(1.534)
Transferências	(81.296)	81.296	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	76.208	81.296	157.504

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	33.812	109.537	143.349
Captação de empréstimos	165.000	-	165.000
Juros e variações monetárias provisionadas	7.355	-	7.355
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(7.601)	-	(7.601)
Aquisição dos custos de captação	(1.702)	-	(1.702)
Amortização dos custos de captação	430	-	430
Transferências	(33.652)	33.652	-
Pagamentos de principal	(123.173)	-	(123.173)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.469	143.189	183.658
Incorporação de empréstimos	156.600	-	156.600
Juros e variações monetárias provisionadas	12.853	-	12.853
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(9.898)	-	(9.898)
Aquisição dos custos de captação	(1.534)	-	(1.534)
Amortização dos custos de captação	956	-	956
Transferências	(3.225)	3.225	-
Pagamentos de principal	(75.738)	-	(75.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	120.483	146.414	266.897

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	Controladora	
	2021	2020
2023	81.296	-
Total	81.296	-

<u>Ano de vencimento</u>	Consolidado	
	2021	2020
2022	-	78.103
2023	146.414	65.086
Total	146.414	143.189

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

TEP Termoeletrica Potiguar S.A.

Foi firmado um contrato de Penhor de Direito de Crédito com a Água Limpa Energia S.A e Areia Energia S.A (“contrato de Garantia”) outorgando ao debenturista o direito de 70% dos recebíveis dos contratos de compra e venda de Energia CT - Proinfra/PCH - MRE - 036/2004 e 037/2004.

Foram firmados, também, dois contratos de alienação fiduciária de ações, pelos quais a TEP dá em garantia 50.000 ações, referentes à CEM e a GPE dá em garantia 106.000 ações, referentes à TEP ao debenturista.

Tipo do Financiamento Garantias

Debêntures	1 – Penhor de 70% dos direitos creditórios, de titularidade da Água Limpa e Areia Energia; 2- Alienação Fiduciária de ações equivalente a totalidade das ações de emissão da CEM de titularidade da TEP; 3 - Alienação Fiduciária de ações equivalente a totalidade das ações de emissão da TEP de titularidade da GPE.
------------	---

Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A.

Enquanto não quitada totalmente essa dívida, vigorava um contrato de Cessão Fiduciária de direitos creditórios e outras avenças (“contrato de Garantia”) outorgando ao debenturista o direito dos recebíveis do contrato de compra e venda de Energia CT – Proinfa/PCH – MRE – 037/2004.

Esses contratos também incluíam cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos *covenants*.

Cláusula restritiva - covenant

Índice requerido

Relação de dívida líquida/Ebitda

Menor do que 2,5

Companhia Energética Manauara

A Companhia deve manter com o banco, durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de crédito, a conta vinculada, com as características e funções a seguir:

- (a) Para segurança do principal da dívida e das demais obrigações a Companhia transferiu fiduciariamente ao Banco do Brasil S.A em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, a modo “*pro-solvendo*” e sob condição resolutiva, a totalidade dos direitos creditórios que forem depositados ou transitarem pela conta reserva.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu integralmente as exigências do contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A. anteriormente descritas.

As demais garantias das operações são as seguintes:

Tipo do Financiamento

Garantias

CCB	1 - Hipoteca do terreno e suas benfeitorias; 2- Cessão fiduciária de direitos sobre créditos na conta reserva e dos direitos emergentes 3- Penhor da totalidade dos recebíveis dos créditos 4- Alienação fiduciária dos bens em garantias 5- Seguros dos bens em garantias 6 – Aval da TEP Termoelétrica Potiguar S.A.
-----	--

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos *covenants*, conforme apresentado a seguir:

Cláusula restritiva – covenant

Requerimentos

Instituição

Cédula de Crédito Bancária	Conta Reserva com recurso mínimo de R\$ 6.000.000,00 Relação de dívida financeira líquida/EBITDA (ajustado com efeito caixa do CPC 06 (R2)) inferior a 2,5	BB
----------------------------	---	----

17 Impostos diferidos

	Consolidado	
	2021	2020
	Passivo	Passivo
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
Diferenças temporárias - Imposto de renda e contribuição social	(2.404)	(188)
Impostos diferidos - efeito no resultado		
Reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	20.159	24.912
Diferenças temporárias	(515)	(656)
Total	17.240	24.068
Circulante	-	-
Não circulante	17.240	24.068
Total	17.240	24.068
Efeito no resultado	6.828	2.823

- (a) A Controlada CEM apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto n.º 3.000/99, artigo 409; no Decreto-lei n.º 1.598/77, artigo 10, § 3.º; na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 21/79; e na Lei n.º 9.718/98, artigo 7.º, parágrafo único.
- (b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

18 Contingências

A Companhia e suas controladas estão expostas a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- (a) As controladas ARE e AGL são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins de parte da área onde estão localizadas as PCHs. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação dos imóveis, destinados às instalações das PCHs. Contudo, as controladas ARE e AGL já têm a posse das áreas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as controladas tinham depósitos judiciais relativos a estes processos no montante de R\$6 (Água) e R\$224 (Areia). Os assessores jurídicos da Companhia consideram prováveis as chances de êxito e, por esta razão, a Administração da Companhia não constituiu nenhuma provisão para fazer face de eventuais perdas.

- (b) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, na controlada CEM as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota. A CEM possui depósito judicial com risco de perda remoto no montante de R\$ 94. Esses processos se encontram em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial, em diversas instâncias.
- (c) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Controladora TEP possuía uma causa de ação cautelar inominada com pedido de liminar, em desfavor da União, cujo objeto consistia no pedido de obtenção de certidão negativa de débito e consequente recolhimento de débitos tributários, no montante de depósito judicial de R\$492, com risco de perda remoto.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$106.002 (em 2020, R\$106.000) está representado 106.002.000 ações ordinárias, sem valor nominal (em 2020, 11.259.420 ações ordinárias, sem valor nominal) e distribuído da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	94.978.110	89,60
Fernando Wilson Magalhães Junior	10.671.751	10,07
José Cordeiro de Almeida Neto	352.139	0,33
Total	106.002.000	100

Em 17 de abril de 2020, a Controladora aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, um aumento do Capital Social da Companhia no montante de R\$6.000, utilizando da reversão de parte do saldo da conta de Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, sem emissão de novas ações ordinárias.

Em 23 de dezembro de 2021, a Controladora aprovou a Incorporação da GFM Participações S.A. e da GFT Participações S.A., aumentando o capital social da Companhia no montante de R\$2, passando o Capital Social de R\$ 106.000 para R\$ 106.002. Foi autorizada também a permuta de ações com o acionista Pessoa Física de sua participação na TEP (0,67% das ações ordinárias nominativas que detinha) por participação nas controladas CEM (0,48% das ações detidas pela TEP) e AGL e ARE (0,56% das ações das empresas detidas pela TEP), reduzindo o investimento da TEP nas investidas e o capital social da TEP, como demonstrado:

CEM Acionistas	Capital Social (R\$)	Ações ON	Part. %
TEP	49.760.000,00	44.784.000	99,52%
Maria das Graças	240.000,00	216.000	0,48%
Soma	50.000.000,00	45.000.000	100,00%

AGL			
Acionistas	Capital Social (R\$)	Ações ON	Part. %
TEP	28.670.484,00	28.670.484	69,44%
RPE	12.386.442,00	12.386.442	30,00%
Maria das Graças	231.214,00	231.214	0,56%
Soma	41.288.140,00	41.288.140	100,00%

ARE			
Acionistas	Capital Social (R\$)	Ações ON	Part. %
TEP	27.744.224,00	27.744.224	69,44%
RPE	11.986.272,00	11.986.272	30,00%
Maria das Graças	223.744,00	223.744	0,56%
Soma	39.954.240,00	39.954.240	100,00%

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; após esta destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir.

Em 2021, houve constituição de R\$3.391 (Em 2020, R\$1.712).

Reserva de lucros retidos

A Companhia destinou à conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$48.328 (R\$24.400, em 31 de dezembro de 2020) observado o disposto no artigo 194 da Lei n.º 6.404/76.

Excesso de reservas de lucros

Conforme determina a Lei das S.A. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$19.770, o qual foi destinado em assembleia geral em 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$7.185, o qual será destinado em assembleia geral em 2022.

c. Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

Em 17 de abril de 2020, a Controlada CEM, por meio da Assembleia Geral Ordinária autorizou a distribuição de R\$10.201 (R\$0,23 por lote de mil ações) de dividendos adicionais correspondentes ao saldo de lucros retidos no final do exercício de 2019, os quais foram totalmente pagos.

Em 22 de dezembro de 2020, a Controlada CEM, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração, autorizou a distribuição de R\$5.850 de juros sobre capital próprio referente ao resultado do exercício de 2020.

Em 19 de abril de 2021, a Controlada CEM, por meio da Assembleia Geral Ordinária autorizou a distribuição de R\$5.850 (R\$0,23 por lote de mil ações) de juros sobre capital próprio já reconhecidos no exercício de 2020 e R\$4.866 referentes a dividendos adicionais correspondentes ao saldo de lucros retidos no fim do exercício de 2020, reconhecidos em 2021 e totalmente pagos.

Em 30 de dezembro de 2021, a Controlada CEM, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$17.000 referentes a dividendos intermediários correspondentes ao exercício social de 2021, os quais serão pagos no transcorrer do ano de 2022 conforme disponibilidade de caixa.

Em 23 de março de 2020, a controlada Areia Energia S.A. aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$10.751, sendo R\$2.688 como dividendos mínimos obrigatórios de 2019 e R\$8.063 como dividendos adicionais (R\$0,20 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram parcialmente pagos em 2020 e totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2021, conforme disponibilidade de caixa.

Em 17 de março de 2021, a controlada Areia Energia S.A. aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$12.523, sendo R\$3.131 como dividendos mínimos obrigatórios de 2020 e R\$9.392 como dividendos adicionais (R\$0,20 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram parcialmente quitados no transcorrer do exercício de 2021, conforme disponibilidade de caixa.

Em 23 de março de 2020, a controlada Água Limpa Energia S.A. aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$12.758, sendo R\$3.190 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$9.568 como dividendos adicionais (R\$0,31 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram parcialmente pagos em 2020 e totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2021, conforme disponibilidade de caixa.

Em 11 de março de 2021, a controlada Água Limpa Energia S.A., aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$16.296, sendo R\$4.074 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$12.222 como dividendos adicionais (R\$0,31 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2021, conforme disponibilidade de caixa.

Em 17 de abril de 2020, a Controladora aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$11.610, sendo R\$7.401 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$4.209 como dividendos adicionais (R\$1,03 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram pagos.

Em 31 de março de 2021, a Controladora aprovou, em Reunião de Conselho de Administração, a distribuição de R\$8.500, de dividendos mínimos obrigatórios de exercícios anteriores (R\$0,39 por lote de mil ações), os quais já foram pagos.

Em 26 de abril de 2021, a Controladora aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$32.534, sendo R\$8.134 como dividendos mínimos obrigatórios já reconhecidos em 2020 e R\$24.400 como dividendos adicionais (R\$0,31 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores reconhecidos em 2021, os quais foram pagos.

Em 14 de dezembro de 2021 a Controladora aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a Reversão do saldo dos dividendos a pagar, declarados em favor dos acionistas, para reservas de lucros no montante de R\$13.430.

Em 30 de dezembro de 2021, a Controladora, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$17.000 referentes a dividendos intermediários correspondentes ao exercício social de 2021, os quais serão pagos no transcorrer do ano de 2022 conforme disponibilidade de caixa.

	Controladora	Consolidado
Saldo dividendos a pagar 2019	7.401	11.042
Dividendos propostos referente a 2019	4.209	13.578
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	8.134	10.295
Juros sobre capital próprio	-	2.340
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(348)
Dividendos pagos	(11.610)	(22.689)
Saldo dividendos a pagar 2020	8.134	14.218
Dividendos propostos referente a 2019	8.500	8.500
Dividendos propostos referente a 2020	24.400	31.029
Reversão de dividendos a pagar	(13.430)	(13.430)
Dividendos adicionais a pagar de 2021	17.000	17.082
Dividendos mínimos obrigatórios de 2021	680	4.979
Dividendos pagos	(27.604)	(40.139)
Saldo dividendos adicionais a pagar 2021	17.680	22.239

Lucro por ações

O lucro básico e diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	74.442	34.246
Média ponderada de ação por lote de mil	18.216	11.259
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	4,087	3,042

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	2021	2020
Lucro líquido em 31 de dezembro	74.442	34.246
Reserva legal	<u>(3.722)</u>	<u>(1.712)</u>
Base para dividendos	<u>70.720</u>	<u>32.534</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	17.680	8.134
Dividendos antecipados	<u>(17.000)</u>	<u>-</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u><u>680</u></u>	<u><u>8.134</u></u>

20 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Taxa efetiva	Controladora	Taxa efetiva	Consolidado
		2021 2020		2021 2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		75.358 36.192		111.217 56.221
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)		(25.622) (12.305)		(37.814) (19.115)
Diferenças temporárias e permanentes				
Adições		- -		1.897 2.228
Exclusões		- -		(352) (2.410)
Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 06		- -		(14.333) (5.299)
Demais adições e exclusões		<u>24.703 10.359</u>		<u>25.975 11.847</u>
Impostos correntes sobre lucro real		<u>(919) (1.946)</u>		<u>(24.627) (12.749)</u>
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido		- -		(2.339) (1.889)
Imposto de renda e contribuição social		(919) (1.946)		(26.966) (14.638)
Incentivos fiscais do imposto de renda		3 -		14.775 6.375
Imposto de renda e contribuição social diferidos		- -		6.828 2.823
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado 1,22%		<u><u>(916) (1.946)</u></u>	4,82%	<u><u>(5.363) (5.440)</u></u>

21 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2021	2020
Receita de venda de energia (a)	110.867	90.259
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	59.646	56.799
Deduções de venda		
PIS	(2.815)	(2.324)
COFINS	(12.971)	(10.708)
ICMS	(48.296)	(39.424)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(1.289)	(1.061)
Total	105.142	93.541

- (a) Receita de venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte e Eletrobras. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com a Eletronorte e Eletrobras.
- (b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se a potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo), referente a receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica em ambiente regulado (CCEAR).

22 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos e despesas com pessoal e administradores	(577)	(528)	(6.143)	(5.659)
Depreciação e amortização	(196)	(196)	(11.520)	(12.041)
Custo de utilização do sistema de distribuição	-	-	(988)	(916)
Custos com manutenção e operação	-	-	(37.566)	(47.974)
Risco hidrológico (a)	-	-	9.717	-
Custos e despesas com seguros	-	-	(2.707)	(1.429)
Despesas com viagens e comunicações	-	(5)	(303)	(265)
Serviços de terceiros	(3)	(22)	(1.047)	(968)
Assessoria e consultoria	(347)	(102)	(3.503)	(2.388)
Tributos	18	(97)	1.379	(280)
Outras despesas (receitas)	1.152	(34)	(371)	6.209
Total	47	(984)	(53.052)	(65.711)
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(40.977)	(59.999)
Despesas gerais e administrativas	(1.210)	(984)	(12.280)	(11.412)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.257	-	205	5.700
Total	47	(984)	(53.052)	(65.711)

- (a) A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxe para a Companhia impacto financeiro atualizado de R\$ 4.152 na ARE e R\$ 5.565 na AGL. Por sua vez, a ANEEL homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (768 dias – ARE e 754 dias - AGL), para sua devida compensação, publicando a Resolução Homologatória nº 2.932 em 17 de setembro de 2021. Desta maneira, a Companhia reconheceu um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo de R\$ 4.152 na ARE e R\$ 5.565 na AGL, considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível.

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimento de aplicações financeiras	59	24	1.577	580
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	5.574	6.619	5.574	6.619
PIS e COFINS sobre receita financeira	(262)	(634)	(819)	(679)
Correção Receita Financeira Leasing - CPC 06 (R2) (a)	-	-	16.543	18.654
Receita Financeira Leasing - CPC 06 (R2) (b)	-	-	30.958	12.149
Variações cambiais positivas	-	-	3.283	4.545
Outras receitas financeiras, líquidas	2	10	14.205	940
Subtotal	5.373	6.019	71.321	42.808
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(10.415)	(7.355)
Amortização de custo de captação	-	-	(956)	(430)
Juros sobre contrato de mútuo	(201)	(297)	(201)	(297)
Variações cambiais negativas	-	-	(158)	(5.465)
Outras despesas financeiras, líquidas	(1)	(36)	(464)	(870)
Subtotal	(202)	(333)	(12.194)	(14.417)
Total	5.171	5.686	59.127	28.391

- (a) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil.
- (b) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.

24 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas Controladas diretas e indiretas possuíam contratos com as seguintes coberturas de seguros:

	TEP	AGL	ARE	CEM
Riscos nomeados e operacionais de geração e transmissão de energia	-	105.935	94.118	260.000
Lucros cessantes	-	29.131	21.759	40.000
Responsabilidade civil geral e de Administradores e Diretores (D&O)	15.000	15.000	15.000	20.500

25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e

- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, buscam manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e revisam a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

	Valor contábil 2021		
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total
<u>Ativos financeiros consolidados</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	30.113	-	30.113
Depósito bancários vinculados	6.093	-	6.093
Contas a receber	46.101	-	46.101
Arrendamento mercantil a receber	187.028	-	187.028
Outras contas a receber	86.641	-	86.641
<u>Total</u>	355.976	-	355.976
	Valor contábil 2021		
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total
<u>Passivos financeiros consolidados</u>			
Fornecedores	5.609	-	5.609
Empréstimos e financiamentos	266.897	-	266.897
<u>Total</u>	272.506	-	272.506

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de *rating*.

A Companhia e suas controladas avaliam seus históricos de recebimentos e não identifica exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contrato bilateral com a Eletronorte e a Eletrobras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

<u>Ativos financeiros consolidados</u>	Valor	Fluxo de caixa contratual			
	Contábil	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses
Caixa e equivalentes de caixa	30.113	30.113	-	-	-
Depósito bancários vinculados	6.093	6.093	-	-	-
Contas a receber	46.101	46.101	-	-	-
Arrendamento mercantil a receber	187.028	62.583	53.679	57.911	12.855
Total	269.335	144.890	53.679	57.911	12.855

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia e suas controladas ao administrarem a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia e suas controladas.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas foram monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

<u>Passivos financeiros consolidados</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Fluxo de caixa contratual</u>	
		<u>12 meses</u>	<u>24 meses</u>
Fornecedores	5.609	5.554	55
Empréstimos e financiamentos	266.897	120.483	146.414
Total	<u>272.506</u>	<u>126.037</u>	<u>146.469</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas ou ganho por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiro, relativas à aquisição de peças em outras moedas.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras.

A Companhia e suas controladas não possuem compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2021 a Controlada CEM obteve de variação cambial líquida positiva de R\$ 3.126 (Em 2020 variação cambial líquida negativa de R\$ 920).

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Para mitigar esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas veem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI (certificado de depósito bancário) e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando saldos de aplicações financeiras, financiamentos e mútuos em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas apresentam o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2021. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%. Simulação com expectativa do CDI para 31 de dezembro de 2021:

		Controladora							
Modalidade	Risco	Cenário				Contábil	Saldo		
		Provável	Possível	Remoto	Provável		Possível	Remoto	
		I	II	III	I		II	III	
		(*)	25%	50%			25%	50%	
<u>Passivo - Empréstimos e financiamentos</u>									
Banco Bradesco S.A.	Alta da CDI	9,30%	11,63%	13,95%	(157.504)	(172.152)	(175.814)	(179.476)	
Total empréstimos e financiamentos					(157.504)	(172.152)	(175.814)	(179.476)	
<u>Ativo - Partes relacionadas</u>									
Contratos de mútuo	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	28.932	31.623	30.950	30.277	
Total ativo partes relacionadas					28.932	31.623	30.950	30.277	
<u>Ativo - Aplicações financeiras</u>									
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	9.318	10.185	9.968	9.751	
Total depósitos bancários vinculados					9.318	10.185	9.968	9.751	
Total líquido					(119.254)	(130.344)	(134.896)	(139.448)	
* Fonte: Banco Santander		Efeito no patrimônio líquido			-	(11.090)	(15.642)	(20.194)	

Modalidade	Risco	Consolidado						
		Cenário				Saldo		
		Provável	Possível	Remoto	Contábil	Provável	Possível	Remoto
		I	II	III		I	II	III
		(*)	25%	50%			25%	50%
Passivo - Empréstimos e financiamentos								
Banco do Brasil S.A.	Alta da CDI	9,30%	11,63%	13,95%	(109.393)	(119.567)	(122.110)	(124.653)
Banco Bradesco S.A.	Alta da CDI	9,30%	11,63%	13,95%	(157.504)	(172.152)	(175.814)	(179.476)
	Total empréstimos e financiamentos				(266.897)	(291.718)	(297.924)	(304.129)
Ativo - Partes relacionadas								
Contratos de mútuo	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	28.932	31.623	30.950	30.277
	Total ativo partes relacionadas				28.932	31.623	30.950	30.277
Ativo - Aplicações financeiras								
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	85	93	91	89
Banco Bradesco S.A.	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	2.116	2.313	2.264	2.214
Banco Itaú	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	5.789	6.327	6.193	6.058
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	9.664	10.563	10.338	10.113
Banco XP Investimentos	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	12.449	13.607	13.317	13.028
	Total aplicações financeiras				30.103	32.903	32.203	31.502
Ativo - Depósitos bancários vinculados								
Banco do Brasil	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	6.093	6.660	6.518	6.376
	Total depósitos bancários vinculados				6.093	6.660	6.518	6.376
	Total líquido				(201.769)	(220.532)	(228.253)	(235.974)
	Efeito no patrimônio líquido				-	(18.763)	(26.484)	(34.205)

* Fonte: Banco Santander

Gestão do capital social

O capital social das controladas é dividido em ações ordinárias pertencentes a três acionistas na ARE e AGL e dois acionistas na CEM, representados por pessoas jurídicas e física. O objetivo principal da administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Política de preços (ambiente regulatório)

Para CEM

Existe um contrato bilateral entre a Companhia e a Eletronorte de fornecimento do que é enquadrado como arrendamento mercantil financeiro. A Companhia não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Para ARE e AGL

O contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras. A Companhia não tem proteção para este tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes e o órgão regulador ANEEL.

Quanto à escassez de combustível

A Controlada CEM gera energia por meio de UTE. A obrigação de fornecimento de Gás natural - GN é da Eletronorte, logo a controlada CEM é isenta de penalidades na hipótese de falta de GN. Considerando as atuais condições de mercado e contratos firmados com os grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem necessidade de redução da produção de energia. A Companhia entende não haver riscos relevantes que justifique o reconhecimento de perdas.

Quanto à escassez de chuva

As Controladas ARE e AGL geram energia por meio de uma PCH. Um período prolongado de escassez de chuva reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria redução de receita. A fim de mitigar esse risco, as Controladas aderiram ao MRE – Mecanismo de Relocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. A Companhia e suas controladoras entendem não haver riscos associados em 2021 em função do saldo ser positivo.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

26 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia TEP possuía em contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$154, relacionados com:

- Assessoria e gestão no valor de R\$154, com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas AGL e ARE possuíam contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$2.417 (Água Limpa) R\$1.915 (Areia), relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor de R\$465 (Água Limpa) e R\$279 (Areia), com vigência até 26 de dezembro de 2031.
- Operação e manutenção das usinas no valor de R\$1.582 (Água Limpa) e R\$1.273 (Areia), com vigência até 31 de outubro de 2020.
- Assessoria e gestão no valor de R\$370 (Água Limpa) e R\$363 (Areia), com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada CEM possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$19.511, relacionados com:

- Taxas de fiscalização da ANEEL de R\$224, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$16.676, com vigência até 01 de maio de 2026.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$1.506, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$156, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$949, com vigência indeterminada.

27 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

Exercício de 2021 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.269 (AGL), R\$1.845 (ARE) e R\$18.656 (CEM);
- Repactuação do intangível contra custo no montante de R\$ 5.565 (AGL) e R\$ 4.152 (ARE);
- Dividendos mínimos propostos no montante de R\$ 7.927 (AGL), R\$ R\$ 6.140 (ARE) e R\$ 6.880 (CEM).

Exercício de 2020 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.459 (AGL), R\$1.862 (ARE) e R\$15.399 (CEM);
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos de R\$ 1.763 (CEM);
- Dividendos mínimos propostos no montante de R\$ 4.074 (AGL) e R\$ 3.131 (ARE).

28 Eventos Subsequentes

A Lei 14.120/2021 alterou o art. 26 da Lei nº 9.427/1996, permitindo ao gerador com autorização de 30 (trinta) anos, cuja usina estava em operação em 1º de setembro de 2020 e que não tenha sido objeto de qualquer espécie de penalidade pela Aneel quanto ao cumprimento do cronograma de sua implantação, ter seu prazo de autorização contado a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora, após o reconhecimento pela ANEEL do atendimento aos critérios. Em julho de 2021, as controladas AGL e ARE solicitaram a adequação de suas autorizações com base no novo marco legal. Em outubro, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração atestou que a usina não foi penalizada por atrasos de implantação. Após apreciação de outra área técnica e também da Diretoria, finalmente em 8 de fevereiro de 2022 a ANEEL aprovou a Resolução Autorizativa nº 11.131/2022, que estabelece nova vigência da autorização controladas AGL e ARE até 25/02/2041 (ARE) e 21/12/2040 (AGL).